

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	10 / 11 / 97
cod.	PKD00105

Relatório de Viagem à A.I. Apyterewa-Parakanã
(outubro a dezembro de 1993)

Carlos Fausto
Museu Nacional/UFRJ
janeiro de 1994

Nesse Relatório de Viagem estarei refletindo sobre fatos que presenciei, nos últimos seis anos, na Área Indígena Apyterewa-Parakanã (ADR Altamira-Pará), onde desenvolvo pesquisa antropológica. Meu objetivo é discutir os desafios atuais do grupo a partir dessa experiência.

Passemos, então, ao primeiro item.

Terra:

Os Parakanã da A.I. Apyterewa foram contatados pela FUNAI no final de 1983. Durante três anos gozaram de relativa tranquilidade no que se refere à pressão das frentes de expansão nacional sobre suas terras. Estes primeiros anos pós-contato foram marcados por várias epidemias, que, felizmente, resultaram em poucos óbitos, graças a uma conjunção de fatores que não cabe aqui relembrar. Deve-se apenas notar que foi um processo notável e excepcional, quando comparado à drástica redução demográfica dos demais grupos Parakanã no período imediatamente pós-contato.

A partir de 1987, porém, a situação mudou de forma rápida na região com a entrada em cena de empresas madeireiras, em particular a Perachi e a Maginco. Desde, então, a relação dos Parakanã com a sociedade nacional ganhou um novo ator de bastante importância: os madeireiros. Donos de máquinas incríveis, capazes de doar quantidades surpreendentes de mercadorias, estes “senhores do dinheiro” passaram a ocupar um lugar importante na construção da figura do não-índio no imaginário nativo.

Não pretendo fazer um relato detalhado de toda a história das invasões do território parakanã, mas é preciso lembrar alguns fatos. Em março de 1988, já tínhamos notícia da extração de mogno na A.I. e o então Chefe do Posto requerera à ADR Altamira um sobrevôo que, por falta de recursos, não foi realizado. Por isso, em abril, dezesseis índios acompanhados por dois funcionários subiram para as cabeceiras do igarapé Bom Jardim para checar as invasões. Retornaram uma semana depois trazendo dois empregados de Wilson Moreira Torres, que explorava madeira para as empresas Perachi e Maginco.

Lembro-me dos Parakanã voltando desta empreitada cheios de mercadorias, moto-serras, espingardas e dois reféns, que ficaram sob a guarda dos funcionários do Posto. Supunha, então, haver indícios suficientes para mobilizar-se a Polícia Federal e lavrar-se o flagrante contra estas empresas e, com o auxílio das testemunhas, instaurar-se um processo contra as mesmas. Não foi, porém, este o procedimento adotado pela FUNAI na ocasião.

Ao contrário, logo houve um acordo preliminar entre a agência governamental — nas figuras do administrador de Altamira, Antonio Pereira Neto, e o superintendente da 4ª SUER, Salomão Santos — e os proprietários da Perachi e Maginco, Idacir Perachi e Darci Remor. Segundo este acordo, estas

empresas pagariam uma indenização pela madeira derrubada dentro das áreas Apyterewa e Araweté (contígua à primeira) e arcariam não só com os custos dos trabalhos de cubagem, como com aqueles referentes ao estudo para identificação e delimitação da A.I. Apyterewa-Parakanã¹.

Recordo-me que o acordo foi saudado por algumas pessoas da ADRA como a “resolução dos problemas da comunidade”, como “o ponto final na crônica falta de recursos”. Os dois reféns foram, então, trocados por 140 redes “garimpeiro” (o preço de uma rede como esta é aproximadamente US\$ 4.00) e começaram os trabalhos de mensuração e delimitação. Os Parakanã, na época, nada disseram sobre a troca ou o acordo, pois, sem dominar o português e o novo universo de relações com não-índios, colocaram-se numa posição passiva de total confiança nas medidas tomadas pela FUNAI.

Hoje, seis anos depois, é preciso refletir sobre os acertos e erros destas medidas, a partir dos resultados do acordo e os desdobramentos posteriores desta relação cordial com madeiras invasoras.

Em primeiro lugar, surpreende neste processo como as empresas infratoras — seja por invasão de áreas indígenas ou terras devolutas, seja por crimes ambientais — não foram em nenhum momento ameaçadas de punição. Elas ditaram as regras do jogo desde o início e foram premiadas pela infração, pois acabaram comercializando a madeira que retiraram das áreas, pagando apenas por parte dela (pois já vinham escoando há muito toras para Tucumã).

Além disso, entre o término da cubagem da madeira e a assinatura da Ata da reunião final, conseguiram seguidos “descontos” na indenização. O relatório final da equipe de medição, assinado em 7 de outubro de 1988 pelo Técnico em Agropecuária da FUNAI, Carlos Viane da Silva, dava conta que 8.980,192 m³ de mogno haviam sido extraídos das áreas Araweté e Parakanã.

No entanto, no “Relatório Conclusivo sobre a Retirada de Madeira” do administrador Antonio Pereira Neto, datado de 19 de novembro, ele informa que parte deste mogno provinha do chamado “corredor Xingu-Bacajá”, fora, portanto, da então área Apyterewa. Como chegaram a esta conclusão ninguém sabe. Lemos, ainda, em tal relatório que “em reunião ocorrida em 31-10-88 na sede da ADRA com a presença dos Srs Idacir Perachi (Perachi) e Darci Remor (Maginco), decidimos, aleatoriamente que, consideraríamos do total de madeira medida que 1.480,192 m³ estariam fora das AI interditadas. Este volume, após justificativas dos Srs Perachi e Remor, consideramos como sendo retirado do corredor ‘Xingu-Bacajá’, sobre o qual, apesar de nosso desejo, não tínhamos nenhuma jurisdição legal” (p.06).

Em outras palavras, as empresas — que deram boas explicações de como retiraram mogno de território tradicional dos grupos Tupi da região não

¹Devo lembrar que, até então, a única providência legal relativa a esta área era a interdição de cerca de 244 mil ha pela Portaria nº 3.632 de 06/11/87, interdição esta que apresentava inúmeros problemas e excluía territórios de ocupação tradicional dos Parakanã.

reconhecido pelo Estado — conseguiram um “abatimento” de pouco mais de 16% e um novo voto de confiança.

Restavam, pois, para os Parakanã e Araweté 7.500 m³. Como bons negociantes, porém, conseguiram novo desconto, quebrando o acordo preliminar em que se responsabilizavam pelos custos da cubagem e delimitação. Cobraram assim, como consta no relatório citado, os gastos com aeronaves, diárias pagas aos funcionários da FUNAI, gastos com alimentação da equipe, munição e presentes oferecidos ‘gentilmente’ à comunidade. Tudo somado, subtraíram mais 540 m³ de madeira devidos aos índios.

Na ata da Reunião que selou oficialmente o processo de indenização, estes 6.960 m³ restantes foram convertidos em Obrigações do Tesouro Nacional no valor de 5 OTNS por m³, que representavam cerca de US\$ 137.000 pela taxa do câmbio paralelo de novembro de 1988. Este dinheiro, dividido por igual entre as duas áreas indígenas afetadas, foi depositado em Caderneta de Poupança e administrado pela ADRA.

Para a Maginco e Perachi o desfecho foi certamente positivo: comercializaram sem licitação madeira ilegalmente derrubada, não foram punidas, e continuaram a atuar em territórios de ocupação tradicional de grupos indígenas, então, não reconhecidos pelos Estado. Recente estudo de avaliação dos danos causado pela exploração de madeira nas AI Araweté, Apyterewa e Trincheira-Bacajá estima que, apenas de mogno, foram retirados destas áreas cerca de 60.000 m³ anuais (“Avaliação de danos causados pela exploração madeireira nas AI Araweté/Ig. Ipixuna, Apyterewa e Trincheira-Bacajá (Pará), FUNAI-ADRA/CEDI, 1993).

Qual o saldo, porém, para os grupos afetados, em particular para os Parakanã? Ter-se-ia cumprido o destino vislumbrado pelo administrador Antonio Pereira Neto em seu relatório, no qual afirmava “que os Araweté (...) e os Parakanã (...), índios ainda absolutamente puros em suas culturas tradicionais, terão assim garantidos um capital que lhes permitirá viver felizes, tranquilos, mantendo sua tradição, sem a necessidade de buscar uma integração rápida, que fatalmente os deterioraria” (p.08)?

A resposta é certamente não.

Por um lado, a extração ilegal de madeira não foi interrompida, graças à fiscalização deficiente e à certeza por parte das empresas de que, se flagradas, ver-se-iam novamente na cômoda situação de pagar uma indenização irrisória, mascarando uma venda ilegal. Por outro, a Perachi aproveitou este interlúdio para abrir uma grande fazenda em plena A.I. Apyterewa, que hoje é objeto de ação na Justiça Federal.

Quanto aos recursos, eles permitiram aos Parakanã receber, de 1989 até a posse do Governo Collor e o confisco da Poupança, uma quantidade razoável de bens para satisfazer seus reclamos: algumas espingardas, munição farta, roupa, material para pesca etc. Este fluxo de mercadorias, ainda que de

pequena monta, é, aos olhos dos Parakanã, uma obrigação dos não-índios, uma contrapartida natural pelo fato de terem aceito o contato².

O dinheiro da indenização serviu, pois, durante um breve período, para evitar que procurassem outras formas de obter esses bens. Repentinamente, porém, este fluxo foi interrompido com o confisco do Plano Collor, criando uma situação de enorme tensão na aldeia e abrindo nova brecha para as investidas das madeireiras, desta vez com um novo método.

No final de 1991, um certo João Cléber que se apresentava como funcionário da Maginco, passou a aliciar os Parakanã através da distribuição de “presentes”, para que permitissem a entrada da empresa na área e a retirada de mogno. A partir de combinação prévia, os índios se deslocavam para as margens do rio Xingu onde recebiam tabaco, bolacha, óleo comestível, roupas etc. No radiograma 078 de 18-12-91, o então Chefe do Posto Apyterewa Gerson Carvalho solicitava que a ADRA contatasse “o Sr. Darci Remor, proprietário madeireira Maginco (...) fim evitar presença de seus funcionários foz Ig. Bom Jardim. Mesmos trabalham extração madeira margem esquerda Rio Xingu e tentam qualquer maneira convencer esta Comunidade doando presentes (...) para que concordem com exploração madeira mogno dentro sua reserva”.

Este João Cléber chegou a ir até o Posto, armado e acompanhado por capangas, para “convencer” o funcionário Gérson Carvalho a apoiar o ingresso deles na área. Diante da recusa do mesmo, este senhor que se dizia a serviço da Maginco procurou por diversas vezes jogar os índios contra a chefia, até a situação se tornar insustentável, como fica claro no radiograma 080/APTW de 23-12-91: “informamos revolta total Comunidade com esta Chefia motivo não concordarmos com tal atitude mesmos para exploração de Mogno em sua reserva. Situação está se tornando incontrolável ao ponto de até recebermos severas ameaças caso não seja feito acordo com Madeireira citada radiograma nº 078/APTW de 18-12-91. Solicitamos orientação Sr. Administrador para o caso, bem como sua presença neste PIN com maior brevidade possível, pois

²Para se entender a importância desses objetos no contexto da relação índios e não-índios é preciso abandonar atitudes puristas ingênuas, que não permitem compreender o lugar ocupado por esses bens no imaginário indígena. Como se sabe, a história da conquista das Américas confunde-se com a história do desejo nativo de conquistar os objetos do mundo europeu, cujo significado extrapolou em muito sua utilidade material imediata e teve repercussões profundas na cosmologia e mitologia ameríndias. Em poucas palavras, abandonemos idéias como “os índios não precisam de roupas”, “caçar com arco e flecha é melhor do que com espingarda” etc., frases que para os Parakanã soam como um total disparate. Nossa construção do que é “tradicional” — em geral os signos materiais de uma cultura — é particularmente falaciosa quando se trata de um grupo indígena como os Parakanã. A meu ver incorporar os objetos de outra cultura é uma atitude “mais tradicional” para estes índios, do que rejeitá-los. Isto não quer dizer que não deva ser criteriosa a introdução de bens na aldeia, mas que precisamos estar atentos para não impor nossos desejos românticos de um mundo selvagem e primevo sobre eles.

Madeira continua agindo mesma forma anteriormente informada essa ADRA. Gerson Carvalho/Chefe PIN Apyterewa”.

Nos dias que se seguiram até o ano novo, porém, um fato veio arrefecer os ânimos exaltados dos Parakanã: a farta distribuição de óleo vegetal, consumido por eles apenas misturando-se à farinha de mandioca (como fazem, por exemplo, com as larvas do coco do babaçu), produziu um enorme surto de desinteria em quase todas as crianças da aldeia, resultando na morte de uma criança. A doença tornou-os novamente dependentes dos funcionários da FUNAI, impediu que se deslocassem até a beira do Xingu e fez com que começassem a relativizar a imagem que possuíam de João Cleber e seus asseclas.

Qual a versão que os Parakanã dão hoje para esses acontecimentos? Como interpretaram este intrincado jogo no qual são personagens principais? Ao invés de responder a essas perguntas diretamente, prefiro transcrever partes do relato de X, do qual omito o nome, com cerca de 30 anos. Ele faz parte de um grupo de jovens que, desde o contato, serve de interface na relação índios/não-índios, embora o nível de compreensão do português deles seja ainda muito restrito. A gravação foi realizada em novembro de 1993, quando lhe pedi que contasse os eventos de 1991, que não cheguei a presenciar:

TEXTO EM PARAKANÃ:

“kwe ypy rakokwehe araha ijopé, imojoka tawa. A'é rk:

— 'Ma'é ramo pa o pejan', i'i rakokwehe oreopé.

— 'Oron-té', oro'é rakokwehe ijopé.

— 'Pepyta eté oreopé toromone ma'ejiroa-mo penopé', i'i ypy rakokwehe aka oreopé.

A'é rakokwehe oropyta ypy, iapo tawa, imojoka araka jerairo'yragoa-ré”.

Toria aka oreopé toropyhygne ma'ejiroa.

— 'Oroeky'yta peywa'a', i'i rakokwehe oreopé.

Oropyta eté araha, je rakokwehe araha ypy. A'é rakokwehe orere'ynia:

— 'Pejan', i'i rakokwehe orere'ynia oreopé.

— 'Pemanopota', i'i Toria oreopé.

A'é rakokwehe norori eté. A'é rakokwehe konomitoa ro'yramo oron. Ma'éjiroa jowé orota, orokekeo oreawyripe.

Je jowé wije ota oreawyreté-pé, oporogeta ojopé (...):

— 'Amanagta neywa'a' oja pane. 'E'ogeme awaeté ywa'á-ré'.

— 'Tamanagne', i'i rakokwehe ijopé.

Ywyraparara'yra herori hehe. A'é rakokwehe opo'om Toria jowé. Ojowerop'om Awapijiga-ré, oporogeta ojowerokopa. 'Orojoka pota' oja ijopé.

(...) Jowé ota, opyta o wyi, Toria awyripé, Chico Paca awyripé. Eo wyime itori opytao. Jowé aka goa ipyri: 'Eron ma'ejiroa oreopé' oja.

Ypytonimo hekai goa ipyri. Heroherota ma'ejiroa. Eopé ne Toria y'ara inogi aka, ao herori ma'ejiroa: jokyra, imokapawa, morokytykawa, 'pira', 'boraja'. Hoa herori oreopé. (...)

Jokwen herota ma'ejiroa: awaji'ia, kanyga, 'pira', he'a'yga, 'ajoka', 'kapé', 'wakahao', imokapawa. Imokawohoa wije rakokwehe oeron.

(...) A'é rakokwehe itonjokweramo Toria imome'o oreopé:

— 'Pema'ejiroa', i'i rakokwehe.

Aka goa ipyri okaro:

— 'Koweita oromanag neywa'á'.

'Peje imanaka aka' oja ijopé.

[Awa-pé pa João Cléber oma'ë'apo.]

Norokwahawi hera. Eokweja jowé orokwaham. Eipo eokweja jowé imopinimi aka moroyroramo tomome'o oreopé:

— 'Aekyita peywa'á'.

Rakokwehe heroherota aka ma'ejiroa oreopé. Eokwejohoa:

— 'Tamanagne neywa'á'.

Rakokwehe norokwahawi ypy. 'Tomanag' oroja ypy araka.

Toria heroje'eka:

— 'Ma'é ramo pa ne'og oreywa'á-ré'.

Awapijiga-ré orokwawe'eg.

— 'Napai imanaka Toria oreywa'a', oro'é pane ijopé.

— 'Nomanagaowi Toria peywa'a, opamta petamataré, nepekaroaowi', i'i rakokwehe oreopé.

(...)

— 'Ma'é ramo pa ne'og oreywa'á-ré. Omanagta Toria tomon ma'ejiroa oreopé. Neremori ma'ejiroa oreopé', oro'é rakokwehe ikwahawy'yma.

A' é kojameji orokwahaweté imanagokary'yma oroka'a.

Imawé rakokwehe oropotareté oroka'amanakawa Toria-pé.

— 'Napai imanaka jeneka'á, tomon ma'ejiroa jeneopé. Topawa-mo, ywyrapara-mo, oywayga-mo', oro'é ypy araka.

A'é kojameji orokwaham, imanagokary'yma oreywa'á.

(...) Imanagypyramo:

— 'Omonta tamatareohoa penopé', i'i-té Toria oreopé.

Toreroriwypyne araka rakokwehe.

Nomori oreopé, a'é ramo noropotari oreywa'á imanakawa. Nowepyi eté oreywa'á. Heta pane imanagi. Jokwen ota imanaka. Nowepyi jowé"

"(...) — 'Aoje. Erahaeme Toria ma'ejiroa. Neka'á omanag, owepyi pota neopé', i'i-té oreopé.

A'é topawa jowé omon, nomori tamataré. A'é pane Awapijiga:

— 'Omonta tamataré jitaohoa neopé. Imopinim aka Toria, je jowé ojepejewe jahy'a imori tamataré neopé'.

Araka.

— 'Maranta pa jahy'a'.

— 'Ojepejewe pota'.

Araka.

Ohem pane jahy'a. Ma'é-té omon.

— 'Jokwen, i'i. Ohemta jahy'a jowé tomon Toria neopé tamataré', i'i-té aka Toria oreopé.

Araka pane. Ma'é-té omon.

Jowé hakwapetyma. Ma'é ramo pakokwehe iakwapetymi FUNAI-pyri. Wara'yra rakokwehe waty'a okyjikyji, a'é ramo rakokwehe FUNAI-pyri hakwapetymeramei oreohi ma'ejiroa. Toria rakokwehe omome'o oreopé:

— 'Oakwapetymerame Toria ma'ejiroa FUNAI-pyri penohi'.

Eowyi, FUNAI-pyri orema'ejiroa oakwapetym, a'é ramo nomori jokwen. Omome'o raka Awapijiga:

— 'Oerahapam jenetamatara Toria, peywa'árepy'a'."

TRADUÇÃO:

"Primeiro fomos lá, e fizemos um casa. Então, ele nos disse:

— 'Por que vocês vieram?'

— 'Viemos à toa, respondemos'.

E ele disse:

— 'Fiquem conosco para lhes darmos umas coisas'.

Então, de início, eu e meu cunhado permanecemos e fizemos uma casa.

O Toria³ [João Cleber] ficou conosco para pegarmos as mercadorias.

— 'Nós vamos tirar sua madeira', ele nos disse.

Nós permanecemos. Então, nossos parentes disseram:

— 'Voltem para casa',

e o Toria [Chefe do Posto] nos falou:

— 'Vocês vão morrer'.

Mas não retornamos. Só quando a criança ficou com febre, voltamos para nossas casas, levando apenas as mercadorias.

Então, ele veio até nossa aldeia, conversar com o [chefe do Posto]:

— 'Nós vamos cortar sua madeira', falou sem sucesso. 'Não se amesquinhe da madeira dos índios. Nós vamos cortá-la'.

Ele trazia um revólver. Então, eles se levantaram, ergueram-se diante de Awapijiga [nome que dão ao então Chefe do Posto]: 'nós vamos matá-lo', foi o que disseram.

Depois, ele retornou, ficando na casa de Chico Paca [um ribeirinho que mora na margem esquerda do Xingu, cerca de 15 min. à montante da foz do Ig. Bom Jardim]. É, foi lá que ficou. Daí o pessoal permaneceu com ele: 'Traga mercadorias para nós', foi o que disseram.

O pessoal ficou lá de noite e ele trouxe muitas coisas. Sim, lá os Toria aportaram numa canoa, trazendo muitas coisas: sal, óleo comestível, sabão, pilha, bolacha. Novamente trouxeram mercadorias: arroz, lanterna, pilha, bico [de lanterna], açúcar, café, macarrão, óleo. Óleo, eles trouxeram demais.

Daí, ao chegarem de novo, Toria nos fez saber:

— 'As coisas são de vocês'.

O pessoal ficou com ele e comeu.

— 'logo logo nós vamos cortar a sua madeira'.

'Então vamos lá cortar', foi o que disse o pessoal para ele.

[Para quem trabalhava o João Cléber?]

Nós não sabemos o nome. Sabemos apenas o deste sujeito. É, só este sujeito escrevia, fazendo-se chefe, para nos dizer: 'eu vou extrair a madeira de vocês'.

³Este é o termo usado para designar todos os não-índios.

Então, ele trouxe várias vezes mercadorias para nós. Este sujeito mesmo. Ele dizia que era para que cortassem nossa madeira.

Antes nós não sabíamos, por isso primeiro dissemos para cortarem. Falamos duro com Toria [no caso o Chefe do Posto]:

— ‘Por que você se amesquinha de nossa madeira?’, perguntamos para Awapijiga. — ‘Verá que Toria cortará nossa madeira’, nós dissemos sem sucesso para ele.

Ele nos respondeu:

— ‘Toria não irá cortar a madeira de vocês: quando acabar o dinheiro, vocês não terão o que comer’.

Sem ter conhecimento, nós replicamos:

— ‘Por que você se amesquinha de nossa madeira? Antes nós não éramos mesquinhos com nossa madeira. Toria irá cortá-la para nos dar mercadorias. Você não nos dá mercadorias’.

Mas agora nós sabemos de verdade e não queremos que cortem nossa floresta.

Antes gostávamos muito que Toria cortasse nossa floresta. ‘Deixem que cortem nossa floresta para que nos dêem mercadorias: rede, espingarda, cartucho’, nós dizíamos. Agora nós sabemos, não queremos mais que cortem nossa madeira.

Quando cortaram pela primeira vez [refere-se aos fatos de 1988], Toria nos disse que nos dariam muito dinheiro, para que ficássemos felicíssimos. Não nos deram, por isso não queremos que cortem nossa floresta. Não pagaram nossa madeira. Cortaram muito infelizmente. Voltaram novamente e cortaram. Apenas não pagaram.

— ‘Não levem as coisas dos Toria. Eles cortaram a sua floresta e vão pagar’, eles disseram à toa para nós [refere-se aos funcionários da FUNAI que durante a cubagem da madeira, pediram aos Parakanã para que não saqueassem os acampamentos das madeireiras].

Só nos deram redes, não deram dinheiro. Então, Awapijiga disse:

— ‘Eles darão muito dinheiro para você. Os Toria estão escrevendo, e após uma lua darão o dinheiro’.

Nós esperamos.

— ‘Quantas luas?’;

— ‘Será uma’.

Esperamos. A lua saiu e nada. Não deram.

— ‘Mais uma, com a mudança da lua, Toria dará o dinheiro para você’, disseram à toa para nós. Esperamos sem sucesso. Não deram.

E então eles trancaram tudo. Por que trancaram na FUNAI? Wara'yra cortou sua mulher, e, por isso, eles de imediato trancaram nossas mercadorias. Toria nos contou:

— ‘Agora Toria trancou suas mercadorias na FUNAI’.

Foi lá, na FUNAI, que trancaram nossas mercadorias e, por isso, não nos deram mais. Awapijiga nos contou então:

— ‘Toria levou todo nosso dinheiro, o pagamento da madeira de vocês’.

O relato, aqui condensado, suscita várias considerações. Em primeiro lugar, poderíamos dizer que há duas situações que, aos olhos deste jovem, são bastante distintas: por um lado, a venda da madeira em 1988, da qual não tiveram participação ativa; por outro, as relações com os madeireiros em 1991, da qual se sentem partícipes. No primeiro caso, onde houve de fato um pagamento, ele julga que não houve, pois só receberam diretamente redes

(quando da troca dos reféns), enquanto a agência governamental recebeu o dinheiro. Não pagaram, portanto, *para* eles, ainda que tenham recebido da FUNAI mercadorias compradas com esse dinheiro.

Neste raciocínio está embutido um outro: o de que cabe a FUNAI dar-lhes bens, pois foi o que lhes prometeram para que aceitassem 'morar com os Toria' (i.e., o contato). Logo, aquilo que receberam não era pagamento da madeira, mas um fluxo natural que, no entanto, foi bruscamente interrompido. O Chefe do Posto, bem sei, tentou lhes explicar o confisco do Plano Collor, mas meu entrevistado associou a interrupção do fluxo de bens a um fato ocorrido na aldeia. Como um Parakanã agrediu sua mulher com um facão, os Toria teriam decidido não dar mais nada a eles, trancando as mercadorias na FUNAI.

No segundo evento, ao contrário, eles receberam diretamente uma quantidade de quinquilharias, numa relação por eles estabelecida e, até certo ponto, por eles controlada. Eles exigem coisas e recebem, em particular alimentos (dar comida é algo bastante prezado pelos Parakanã). Eles pressionam o Chefe do Posto e o acusam de nada dar para eles, enquanto os madeireiros continuam a trazer bolacha, café, óleo etc. Neste segundo caso, portanto, ali onde estava ocorrendo um aliciamento escandaloso através de um testa-de-ferro de um empresa poderosa, os Parakanã viram a possibilidade de controlar uma relação de troca, que, a princípio, parecia-lhes mais justa e proveitosa.

O que fez com que mudassem de opinião? Por que meu entrevistado diz que agora não mais querem que cortem sua floresta?

Foi um conjunto de fatores que determinou essa mudança de mentalidade. Por uma lado, houve uma quebra de confiança na relação com o tal madeireiro: ele pediu que os Parakanã o esperassem numa pista de pouso que existe na foz do Ig. Bom Jardim, prometendo trazer no avião espingardas, rádios etc. Eles esperaram em vão. Na verdade, nunca mais João Cléber apareceu por lá (suponho que devido às pressões de organizações não-governamentais contra a Maginco).

Para os Parakanã — que haviam se posicionado ao lado do madeireiro e enfrentado de modo violento as negativas do então Chefe do Posto — o fim da relação teve um sabor especial de derrota, pois mais uma vez se sentiram enganados e incapazes de controlar a interação com o mundo dos Toria.

Voltaram, assim, a procurar estabelecer uma relação de confiança com os funcionários da FUNAI. Aos poucos este elo foi refeito, graças a dois fatores fundamentais: por um lado, a assistência de saúde, que apesar das dificuldades (falarei sobre elas a seguir), tem sido eficiente. Basta dizer que desde 1988 não morre nenhum adulto na aldeia.

Por outro lado, foi certamente crucial a mudança de atitude em relação às invasões por parte da FUNAI, desde que Benigno Pessoa Marques assumiu a ADR de Altamira. Aquilo que me parecia óbvio quando dos eventos de 1988, foi finalmente posto em prática: em agosto de 1992, funcionários da FUNAI, IBAMA e

Polícia Federal, percorreram as estradas que cortam a A.I. Apyterewa e fizeram o flagrante necessário para se montar um processo judicial contra as empresas infratoras, além de paralisar as suas atividades. Tal ação foi movida pelo Núcleo de Direitos Indígenas contra a Perachi, Maginco e Impar e, após alguns percalços, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região/DF decidiu proibir a exploração de madeira nas A.I. Araweté, Apyterewa e Trincheira-Bacajá. O mesmo Tribunal julgou também extinto de quaisquer efeitos o Mandado de Segurança impetrado pelo vereador Luiz Nogueira Araújo Costa, que exercia garimpagem na A.I. Apyterewa⁴.

Outros flagrantes foram efetuados e os Parakanã passaram a atuar ativamente na fiscalização da área indígena. Isto não quer dizer que os problemas estejam superados, pois as invasões não cessaram por completo, nem as tentativas de aliciamento por parte dos interessados na exploração mineral e vegetal. Em outubro do ano passado, três homens apareceram na aldeia de surpresa dizendo-se interessados em fazer pesquisa de minérios na área. Foram expulsos pelos índios, apesar de prometerem mundos e fundos.

A estratégia atual dos Parakanã está pautada na manutenção de uma relação permanente e positiva com a FUNAI e na tentativa de ter ganhos isolados através do saque dos invasores. Na atual conjuntura, esta estratégia implica a atitude anti-madeireiros que se verifica hoje na aldeia Apyterewa-Parakanã.

Tal atitude, porém, depende da capacidade da agência governamental continuar a suprir as necessidades mínimas da "comunidade" e da manutenção de uma política firme contra as invasões. Para tanto é preciso criar condições para que isso ocorra, pois no momento em que se abrir uma brecha para as empresas madeireiras ou garimpeiras, elas saberão — como já souberam — dela se aproveitar⁵.

Parece-me que há cinco itens prioritários neste sentido:

a) demarcação física da Área Indígena, o que deverá ocorrer ainda esse ano;

b) vigilância: o sudeste da área é particularmente vulnerável, pois faz limite com uma fronteira de colonização extremamente violenta e de rápida expansão, e é por onde a estrada vinda de Tucumã penetra na reserva. É preciso, pois, instalar um Posto de Vigilância no local, que estaria defendendo não apenas a AI Apyterewa, como a Trincheira-Bacajá e Araweté. Não basta,

⁴Em outubro do ano passado, ademais, os Parakanã invadiram o garimpo e a ADRA exigiu a retirada de todos garimpeiros e do maquinário, o que foi feito um mês depois. Resta agora uma decisão definitiva sobre uma parte da área indígena, onde a Perachi, após a primeira invasão, instalou uma fazenda.

⁵A brecha anterior a que me refiro é o acordo de 1988, que mascarou uma venda ilegal de madeira prejudicial aos Parakanã. Como toda situação complexa, entretanto, ele teve um aspecto positivo: como uma espécie de compensação pelo esbulho, foi feito um estudo de delimitação que pautou o decreto ministerial reconhecendo a A.I. Apyterewa-Parakanã.

porém, apenas um Posto, é necessário dotar as pessoas — índios e funcionários — de recursos para exercer a vigilância;

c) mercadorias: é preciso manter um fluxo mínimo de bens para a aldeia. Criem-se ou não formas alternativas para financiar este fluxo, o fato é que devemos ter clara a sua centralidade na relação entre os Parakanã e o mundo dos Toria. É um dos pontos nevrálgicos da relação e a porta pela qual tentarão passar as empresas mineradoras e madeireiras. Para pensar, portanto, um projeto integrado para os Apyterewa-Parakanã, não basta refletir sobre terra, saúde e educação. Os bens desejados — de utilidade prática ou não — são, ao mesmo tempo, os instrumentos e signos de uma dependência que os Parakanã têm procurado reverter sem sucesso.

Nesse contexto, é mais do que evidente que a educação tem um papel fundamental. Este é o quarto dos itens prioritários, sendo o quinto a assistência de saúde. Tratarei de cada um deles em separado.

Educação:

A educação formal na aldeia Apyterewa-Parakanã deverá se iniciar esse ano, com financiamento do convênio MEC/FUNAI. Apesar das diretrizes serem dadas pelo Comitê de Educação Indígena do ministério e os projetos de educação serem supervisionados pelas Secretarias Estaduais, a operacionalização dos mesmos cabe à Unidade Regional de Ensino local. Esta descentralização — a princípio salutar — pode trazer-nos algumas surpresas desagradáveis, por conta da política regional e da maior capacidade de pressão de certos grupos sobre instituições municipais.

Refiro-me aqui, em particular, à ofensiva da Associação Lingüística Evangélica Missionária (ALEM), para fazer com que seus missionários ingressem em todas as áreas indígenas da região como professores. Esse é o último recurso da ALEM para conseguir permanecer nas aldeias oficialmente, pois seus pedidos de Autorização foram seguidamente negados pela FUNAI⁶.

Ainda assim, muitos de seus membros estão ou estiverão nas áreas sob jurisdição da ADR Altamira. Parece-me que Isaac de Souza, vice-presidente da ALEM, foi o único a possuir Autorização (para pesquisa lingüística entre os Arara), e foi quem abriu caminho para os demais missionários. No final de 1993, havia três deles no Posto de Vigilância Arara, um entre os Asurini e dois entre os Parakanã (Gino e Auristéia Silva).

⁶A publicação *ALEM em notícias*, de novembro de 1992, transcreve trecho de uma carta do Pr. Gino e sua esposa Auristéia, designados pela associação para trabalhar na AI Apyterewa, em que dizem: "Irmãos! Aparentemente esgotamos todos os recursos para o ingresso na área indígena. Nos sentimos fracos, impotentes, no limite, mas aguardamos um milagre do Todo-Poderoso".

Estes últimos entraram sem conhecimento da ADRA na AI Apyterewa em setembro de 1993 e lá permaneceram até 10 de outubro, quando foram retirados pelo Administrador da FUNAI que se deslocou até a aldeia. Essa não foi, porém, a primeira vez que se utilizaram desse expediente para ingressar na aldeia, e só foram retirados graças à posição firme do Presidente da FUNAI, Dinarte Nobre de Madeiro, por mim alertado através de um fax datado de 5 de outubro.

Os demais missionários permaneceram no PVI e Koatinemo. Essa situação é fruto da fraqueza institucional da FUNAI e da capacidade de pressão da ALEM, bem como de suas alianças políticas locais. A ADR de Altamira acaba se utilizando dos serviços “gratuitos” desses missionários para cobrir deficiências de seu pessoal (como ocorre nos Asurini, onde o Sr. Oséas faz as vezes de atendente de saúde durante as férias ou folgas dos funcionários).

Pesquisadores, atendentes de saúde e, hoje, professores, os polivalentes missionários da ALEM encontraram, enfim, uma porta larga para entrar nas aldeias indígenas: as Unidades Regionais de Ensino, onde oferecem sua infraestrutura e trabalho — até onde fui informado — “gratuito” como professores nas aldeias.

Se isso ocorrer — como creio estar ocorrendo em Altamira — será sem dúvida um grave erro e um retrocesso. O Estado brasileiro, que reconheceu o direito à diversidade cultural em sua Constituição, não pode entregar a nenhuma missão proselitista a educação de um grupo indígena.

Os Estatutos da ALEM são claros quanto ao objetivo principal da associação: “promover, principalmente junto a povos de línguas ágrafas, a tradução da Bíblia e a divulgação do Evangelho de Jesus Cristo” (art. 2). No artigo 4, elenca-se os “princípios de fé” que norteiam seu trabalho, entre eles: “a plena e divina inspiração das Escrituras Sagradas, sua infalibilidade e sua única e final autoridade em assuntos de fé e prática”; “a criação do homem à imagem e semelhança de Deus, sua queda, sua conseqüente depravação moral e sua necessidade de redenção”; “a necessidade da proclamação do Evangelho a todos os povos”.

Ora, estes são claramente princípios de uma missão religiosa fundamentalista, incapaz de reconhecer qualquer legitimidade às crenças e costumes indígenas. Este reconhecimento, porém, é o princípio ético básico de quem quer que vá trabalhar com povos ameríndios, principalmente num setor tão sensível como a educação.

A ALEM define-se como sendo uma “associação civil, sem fins lucrativos, de cunho científico, caráter assistencial e objetivo religioso” (art. 1). Nessa definição polivalente, confesso que me espanta seu “cunho científico”⁷: como pode uma associação com esse caráter, após toda revolução científica moderna,

⁷Aliás, sobre o mérito científico dos “pesquisadores” da ALEM remeto ao dossiê elaborado por mim e Eduardo Viveiros de Castro em 1992 (“Sobre o Ingresso da Associação Linguística Evangélica Missionária em Áreas Indígenas e o Papel do CNPq”).

eleger como princípio a infalibilidade das Escrituras? Qual o ensino que pretendem ministrar?

Dizer apenas que se trata de alfabetização bilíngue não significa nada. É como dizer que bolo se faz com farinha (embora se possa fazer alguns deles sem farinha, e são tão bons quanto os outros). Durante os três últimos meses de 1993, dei aulas diárias de alfabetização a pedido dos índios. Procurei alfabetizá-los nos dois idiomas pela simples razão que conheço razoavelmente a língua parakanã e eles sabem muito pouco a nossa. A demanda deles, contudo, é que a escola sirva à aprendizagem da língua portuguesa e de princípios elementares de aritmética.

O grande desafio para os Parakanã não é escrever mitos em sua língua, mas dominar certos instrumentos que lhes permitam um controle maior da relação com nossa sociedade. Nesse contexto, falar português e saber contar são objetivos prioritários, e a escrita tem um papel relevante nesse processo pela sua função mnemônica⁸.

Deixemos de lado, portanto, a idéia de que a educação bilíngue é, em qualquer circunstância, um reconhecimento dos costumes nativos. A ALEM tem interesse especial nesse tipo de abordagem porque serve para resolver problemas de tradução — tradução da Bíblia, a saber. Não me parece, porém, que isso seja uma proposta de ensino, e por si só não credencia ninguém a oferecer uma educação bilíngue, como ficou evidente pelo que pude observar o ano passado.

É certamente melhor dar aula de português do que de parakanã sem saber a língua, ou sem ter um material preparado por alguém especializado, como fizeram Gino e Auristéia. O que eles produziram durante o mês que permaneceram na aldeia está repleto de erros e é preciso ficar claro que educação bilíngue não é ensinar português e um *pidgin* da língua nativa.

Ademais, a demanda para aprender *português* (falar e escrever), e *nosso* sistema numérico faz parte de uma estratégia global dos Parakanã para se tornarem sujeitos na relação com nossa sociedade. A educação formal, conseqüentemente, não pode estar desvinculada de uma apreensão mais global desse processo e um compromisso em abrir novos caminhos nessa direção.

A ALEM, contudo, não tem definitivamente esse perfil — muito pelo contrário — e será um grave equívoco se a educação na área Apyterewa, ou em qualquer outra, for entregue a eles. Os Parakanã não precisam de tradutores da Bíblia, mas de professores com capacitação e treinamento adequados, que tenham compromissos claros e assumidos em relação ao processo de inserção do grupo na sociedade nacional.

⁸O interesse deles pelo meu trabalho sempre esteve ligado à escrita: parecia-lhes que este instrumental — e eles estavam certos — é que me permitia aprender mais rápido sua língua, do que eles a nossa. Além disso, surpreendiam-se de início com as cartas que recebia, pela capacidade que tínhamos de nos comunicar através de um pedaço de papel.

Saúde:

O último ponto que gostaria de abordar brevemente é o da assistência de saúde. Há dois aspectos a se considerar: seu lugar na relação índios e não-índios; e a qualidade da assistência em si.

Não pretendo deter-me no primeiro aspecto, que mereceria uma atenção mais cuidadosa do que posso oferecer nesse momento. Lembro apenas que as doenças adquiridas após o contato e a terapia curativa são dois dos principais agentes da dependência do grupo em relação aos não-índios. Os medicamentos são, pois, termos dessa relação e fazem parte de um sistema que inclui o fluxo de mercadorias e o fluxo de conhecimentos na escola.

Nesse relatório, porém, quero apontar alguns problemas da assistência enquanto tal. Em primeiro lugar, porém, é preciso dizer que dentro dos limites possíveis, ela tem sido eficiente, se tomarmos como indicador o índice de mortalidade.

No entanto, há novos e antigos desafios que, após dez anos de contato, precisam ser enfrentados. São eles:

a) os efeitos a longo prazo da contaminação dos índios pelos vírus da hepatite B e, provavelmente, também C, contraídos por transfusão sanguínea em Altamira (para tratamento de estados críticos de malária). A primeira providência — urgente, aliás — é o exame de toda a população e sua vacinação contra hepatite B. Para tanto, estou em contato com o Dr. Manoel Soares do Instituto Evandro Chagas, responsável por esse trabalho nas aldeias Parakanã da região tocantina. Esse processo, contudo, será de longo prazo para que se quebre a cadeia de transmissão ao longo das gerações (os riscos, porém, podem ser imediatos, pois começam a aparecer casos suspeitos em Altamira de hepatite Delta);

b) é preciso também evitar de todas as formas novas transfusões: sabemos do descontrole existente nos bancos de sangue do País, e não deve ser diverso em Altamira. Este problema torna-se ainda mais crítico face a epidemia de AIDS. Dados os costumes nativos, a entrada desse vírus teria efeitos devastadores para toda a população. Além disso, estaríamos diante de uma situação incontrolável — não haveria como estancar a cadeia de contaminação a não ser pela separação dos indivíduos contaminados;

c) os Parakanã estão nesse inverno enfrentando uma nova epidemia de malária — na maior parte dos casos por *P. falciparum* resistente — de proporções semelhantes à que ocorreu em 1987-88, quando faleceram três pessoas e outras receberam transfusão (no verão passado, um jovem em coma malarico recebeu sangue em Altamira). É necessário uma conjunção de esforços e de recursos para que se adote, de uma vez por todas, uma política de controle de endemias, em particular de malária. Nesses anos, os Parakanã

além de sofrerem os efeitos da doença e os riscos de contaminação por transfusão, tomaram doses maciças de quinino e tetraciclina (muitas vezes sem necessidade, pois como não havia um profissional de saúde que soubesse fazer o exame no local, todo caso de febre é um caso suspeito). As consequências dessa medicação estão estampadas nos dentes das crianças nascidas após o contato e nos casos de surdez precoce dos rapazes.

Seria importante uma avaliação profunda do estado de saúde da população e seu acompanhamento por uma equipe especializada. Essa avaliação serviria para estabelecer linhas de atuação a longo prazo, com ênfase na prevenção.

É preciso investir, ademais, na capacitação do profissional de saúde que atua na área, pois é ele quem realmente dá a assistência ao grupo. Não é necessários que seja um enfermeiro formado — exigência inicial do Convênio FUNAI/CVRD —, mesmo porque a experiência mostrou que esses não permanecem nas áreas indígenas. É preciso treinar o atendente ou o auxiliar de enfermagem para que possam fazer a leitura das lâminas na aldeia, para que estejam cientes dos riscos de contaminação, para que desenvolvam uma política de racionalização do consumo de medicamento etc.

Enfim, é mister a elaboração de um novo projeto de saúde, que envolva instituições de pesquisa como o Evandro Chagas ou a Fundação Oswaldo Cruz, entre outras, para que entremos numa nova fase de assistência à saúde, dez anos após o aldeamento dos Parakanã.